

A DINÂMICA E O CONSTRUTO TERRITORIAL DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

THE DYNAMICS AND THE TERRITORIAL CONSTRUCTION OF THE NORTHWEST REGION OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Dr. Daniel Claudy da Silveira ¹
Dra. Berenice Beatriz Wbatuba ²
Dra. Cidonea Machado Deponti ³
Dr. Silvio Cezar Arend ³

Recebido em: 29/05/2019
Aceito em: 03/07/2019

silvio@unisc.br

Resumo: Este estudo busca contribuir com as discussões de diferentes perspectivas em relação à ótica do desenvolvimento regional com o enfoque territorial. Para isto, discute brevemente as definições de urbano, cidade, cidade-campo e territorialidades dentro da lógica global, bem como a própria definição de território. Apresenta-se uma breve contextualização sobre a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e sua dinâmica de formação do território e de desenvolvimento regional dentro do contexto global do capital, baseada na monocultura da produção de soja, que contribuiu para o desenvolvimento da região através dos estímulos que proporcionou à modernização tecnológica da agropecuária regional na década de 1970 e os impulsos decorrentes para a expansão de atividades industriais e de serviços. No entanto, a dinâmica regional não pode estar subordinada a uma base produtiva monocultural, no caso, a produção de soja, pois nada garante que no futuro esta cultura continuará produzindo impactos relevantes na economia da Região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Território. Região Noroeste do Estado Rio Grande do Sul.

Abstract: This study seeks to contribute to the discussions of different perspectives in relation to the regional development perspective with the territorial approach. For this, it briefly discusses the definitions of urban, city, city-field and territorialities within the global logic, as well as the definition of territory. We present a brief context about the Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul and its dynamics of territorial formation and regional development within the global context of capital, based on the monoculture of soybean production, which contributed to the development of the region through the stimulus it provided to the technological modernization of regional agriculture in the 1970s and the impetus for the expansion of industrial activities and services. However, regional dynamics cannot be subordinated to a monocultural productive base, in this case, soybean production, since there is no guarantee that in the future this crop will continue to produce relevant impacts on the region's economy.

Keywords: Regional Development. Territory. Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ – Ijuí – Rio Grande do Sul – Brasil.

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Erechim – Rio Grande do Sul – Brasil.

³ Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A análise histórica do processo de desenvolvimento está vinculada de forma bastante íntima ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste sentido, o termo desenvolvimento sempre esteve atrelado à questão econômica de um país ou de uma determinada região. Os economistas estiveram preocupados em solucionar problemas relacionados ao crescimento econômico das nações e à reprodução do capital nas diferentes escalas produtivas. O desenvolvimento econômico era entendido como sinônimo de crescimento econômico, tendo como mola propulsora o modelo de produção capitalista.

No entanto, o conceito de desenvolvimento a partir da década de 1970 e 1980 começa a ganhar um novo enfoque. Nesta nova abordagem, o desenvolvimento é tratado com aspectos qualitativos, ou seja, não estritamente ligados à lógica do capital ou do crescimento econômico. Novos conceitos vão emergindo, abordando questões de qualidade de vida, liberdade, capacidade, sustentabilidade, fluxos migratórios, especificidades regionais (desenvolvimento territorial/regional, objeto de estudo da respectiva pesquisa) e de eliminação das desigualdades. Para isto, é necessário elucidar o termo território dentro da evolução histórica dos arcabouços teóricos sobre desenvolvimento regional/territorial.

O conceito de território, conforme Flores (2006), incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Esse território, entendido como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e até mesmo por ações de empresas privadas, como de iniciativas do poder público.

Conhecer as características das atividades econômicas básicas de uma região e as potencialidades que cada uma delas apresenta para o desenvolvimento regional é importante para compreender o quadro geral das possibilidades e dos limites existentes para a definição de estratégias de ação consistentes com a realidade.

Assim, este estudo visa elucidar alguns aspectos em relação às reflexões teóricas acerca do desenvolvimento regional/territorial, de modo a identificar o processo de construção dos territórios, que são provenientes de questões históricas, culturais, sociais e econômicas dentro do regime de acumulação capitalista atual. Além disto, são apresentadas contribuições teóricas acerca da construção do espaço urbano, cidade, cidade-campo e territorialidades juntamente com alguns apontamentos sobre a região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e sua estrutura territorial e seu desenvolvimento⁴.

2. A REGIÃO: RESULTADO DO CONSTRUTO TERRITORIAL

Até a Segunda Guerra Mundial o espaço e os problemas ligados à gestão do espaço mantiveram-se como variáveis largamente ignoradas pelos cientistas, sobretudo pelos investigadores

⁴ Para análise do desenvolvimento regional é utilizada a teoria elaborada por Douglas North em 1959 em sua obra *Agriculture in regional economic growth*.

das ciências econômicas. No entanto, já desde o final do século XIX desenvolveu-se a noção de região e o estudo em relação à organização territorial das sociedades (BENKO, 1999, p. 5).

Depois de algum tempo sendo tratada de maneira marginalizada pelo pensamento econômico, a economia espacial ganha novos contornos e importância no processo de desenvolvimento. Para Benko (1999, p. 16), a ciência regional é inseparável do conceito de região. Geógrafos e economistas trabalham desde há muito nas diferentes interpretações que se pode dar à palavra região, ela própria tão vaga que se utiliza concomitantemente com outras, tão vagas como ela, tais como distrito, território ou espaço. É um conceito que suscita, forçosamente, tremendas dificuldades.

Falar de economia espacial resume-se a admitir que há entidades espaciais (nacionais, regionais, locais, urbanas) que formam a base da dinâmica dos processos econômicos. É também constatar que a organização social e econômica ligada a um território tem uma lógica própria e que os fenômenos econômicos se produzem num quadro espacial infranacional. Trata-se de uma nova visão, relativamente à ortodoxia neoclássica, que se limita a analisar agentes em pontos dados e só raramente concebe que eles possam cristalizar-se em unidades mesoeconômicas, regionais ou locais (BENKO, 1999).

De acordo com Benko (1999, p. 18-19), a região corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos, a análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política. Funda-se em duas características principais: homogeneidade e interação funcional e resulta, ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional. Uma região econômica é um espaço em si que constitui uma área homogênea de articulação dos modos e formas de produção (pertencentes a um mesmo regime de acumulação). A partir dos anos 80 assiste-se a uma aceleração das trocas e da interdependência das economias. Este fenômeno é conhecido pelos termos de globalização ou mundialização.

Por outro lado, na discussão sobre desenvolvimento regional é necessário distinguir e elucidar algumas definições. Ao longo do tempo os conceitos de lugar e região foram sendo desenvolvidos com diferentes abordagens em distintas áreas do conhecimento. De acordo com Flores (2006, p. 04), a primeira importante diferenciação conceitual se refere ao espaço e ao território. O espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Por outro lado, no conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos ou ao espaço determinado. O território surge como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço, denominado de um processo de construção social.

Esta lógica contraria a do neoliberalismo econômico, que replica modelos padronizados em diferentes realidades. Cada território é resultante/constituído de um processo histórico, cultural, ético,

econômico e social que perfaz realidades diferentes e que conduz a uma análise mais específica de cada território.

No entanto, o regime de acumulação capitalista, modelo atual de produção, está muito ligado ao termo globalização, em que os territórios são homogêneos e de que podem ser criados modelos padronizados de desenvolvimento. Conforme Santos (2006), a globalização pode ser dividida em três dimensões: a) como fábula (pela ótica neoliberal); b) como perversidade (como é de fato o modelo atual de produção); e, c) como outra globalização (como poderia ser, considerando os interesses do conjunto dos países e população mundial).

A globalização é um fenômeno associado com os intercâmbios internacionais de bens e serviços e a internacionalização do capital e da produção. É um processo vinculado ao território, não só porque afeta as nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões de investimento e localização dos atores econômicos e dos fatores de atração de cada território. O processo de globalização é, portanto, uma questão que condiciona a dinâmica econômica das regiões e que, por sua vez, se vê afetado pelo comportamento dos atores locais. Ele afeta os sistemas produtivos das regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, em razão de sua dotação de recursos humanos e naturais e, de sua forma de inserção, mais ou menos autônoma.

Santos (2006, p. 192) argumenta que a tendência atual é a união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

Mas os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. Com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo graças à interdependência que se estabelece horizontalmente.

Para Santos (2006, p. 192) enquanto que as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.

Brandão (2006, p. 02) argumenta que a temática territorial do processo de desenvolvimento nos últimos anos vem sofrendo modismos diversos que geraram muitos desvios e deturpações para o devido tratamento rigoroso das questões “urbano-regionais”. Agora nos encontramos em momento promissor para reafirmar em nossas agendas de pesquisa a natureza das hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos que são reforçadas em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento de acumulação de capital, cada dia mais explícitas, em sua manifestação territorial e dimensionar a potência das coalizões contra hegemônicas e forças contestatórias ao pensamento neoliberal.

Consideramos que há uma importante literatura crítica que veio se desenvolvendo nas últimas décadas e que ficou enublada durante o período neoliberal. A literatura internacional hegemônica vinha pregando um sentido inexorável de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de meta-tipo de experiência capitalista “monocultural” anglo-americano, que deveria pautar os ajustes dos que seguiam equivocadamente outras vias. Defendia a existência de uma tendência inexorável de convergência para algum “modelo ótimo” de capitalismo, negando a realidade que confirma cotidianamente a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica (BRANDÃO, 2006, p. 02-03).

Ao contrário da visão conservadora, que propugna um rumo pré-estabelecido a uma composição uniforme do capitalismo, com estruturas semelhantes, a realidade, conforme Brandão (2006, p. 04), demonstra que há heteromorfia nas experiências históricas. O sistema capitalista é por natureza polimórfico, segue diferentes trajetórias e vias e há constante polarização em suas estruturas e pugna reiterada de “estilos de desenvolvimentos” em aberto. Há competição permanente de Estados-Territoriais e experiências diferenciadas de desenvolvimento, daí a necessidade do estudo de suas particularidades e do seu modo de organização em cada contexto histórico, institucional, geográfico, etc.

Território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos – são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto. Está-se diante de um campo complexo de determinações: paradoxos, tendências e contraprestação de tendências, um jogo de negações e reafirmações que envolvem a enorme contradição dialética entre fixidez-fluidez do movimento concreto do capital e o uso que este faz do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais (BRANDÃO, 2006, p. 04).

De acordo com Brandão (2006), como contradição em processo e em movimento, o capital é, em sua essência, descomprometido com espaços específicos, sendo orientado apenas pela valorização máxima. As relações capitalistas organizam a valorização e a escala mundial e simultaneamente se estabelecem e se posicionam em um dado lugar. O capital descontrói barreiras e constrangimentos e erige outras continuamente.

A natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) e múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias). O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência (SMITH, 1988).

Para Brandão (2006), infelizmente, em parte ponderável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão e é transformado em sujeito coletivo. O autor destaca que em contraposição a esta interpretação hoje hegemônica, a concepção teórica e

metodológica adotada é a de produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno do quadro atual e do ambiente construído. No território se debatem (podendo ser compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em reiteradas contendidas. O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades.

A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto, sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa (BRANDÃO, 2006, p. 11).

Para Pecqueur (2000) é importante a diferenciação entre dois tipos de territórios. O primeiro deles é estabelecido por decisão político-administrativa, num processo top-down de decisão, cujos interesses, normalmente, são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida. Nesse caso, o território seria chamado de “território dado”. No segundo, o autor identifica o território construído, que é formado a partir de um encontro de atores sociais em um espaço geográfico dado, que procura identificar e resolver um problema comum.

Enfim, há certo consenso no papel possível que deve ser desempenhado pelo território neste contexto. De acordo com Brandão (2006, p. 146), o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, mediação, barganha, incentivo ao diálogo e a constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado.

3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS: A CIDADE E O URBANO, CIDADE-CAMPO, DESCONTINUIDADES E A CONSTRUÇÃO DE SUAS TERRITORIALIDADES

A discussão sobre o conceito de cidade e urbano gera muitas dúvidas e poucas certezas. O que é a cidade, o que é o urbano? Pode a cidade ser igual a urbano? O que diferencia os conceitos de cidade e urbano? (LENCIONI, 2008)

Lencioni (2008, p. 113) argumenta que gramaticalmente a palavra cidade pode significar “aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo”. A discussão do conceito de cidade nos conduz a pensar na discussão de um objeto que evoca várias ideias. Tanto a cidade, como objeto, quanto o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente.

Para Léfèbvre e Castells, a essência do fenômeno urbano reside na ideia de capital. Nesta referência não há nenhum equívoco em se conceituar o urbano em relação à indústria e ao capital, mas adverte-se que há um grande equívoco em não procurar desvendar as particularidades históricas desta relação (LENCIONI, 2008).

Para tanto, é indispensável pensar o território coletivamente construído. Villaça (2000) admite que para que realmente se faça planejamento, é preciso compreender que os problemas que fazem parte de um plano, suas prioridades e mesmo as linhas gerais de ação, são uma questão política e não técnica. O diagnóstico técnico servirá para dimensionar, escalonar ou apresentar a viabilidade das propostas apresentadas no plano. O planejamento depende do fim da ideologia e tecnocracia absoluta.

No entanto, na realidade contemporânea, aponta-se para um urbano dividido entre a inserção nos circuitos avançados e globalizados de mercado para poucos e a negação do direito à cidade para a maior parte dos moradores urbanos (o dinamismo dos circuitos econômicos não produziu cidades com urbanidade). Na produção capitalista do espaço urbano e regional, as cidades representam uma arena privilegiada no processo de acumulação, mas os atores sociais tradicionalmente excluídos da sua função social não têm conseguido se apropriar devidamente dos frutos do crescimento econômico (ROLNIK E KLINK, 2011).

Sposito (2006) em relação aos espaços urbanos identifica três atributos: i) a concentração demográfica⁵; ii) diferenciação social⁶, e; iii) unidade espacial⁷. Nos tempos iniciais as cidades eram consideradas tecidos urbanos, contínuos e materialmente separados dos territórios de uso rural (por muros ou muralhas). A limitação de rotas de comércio e meios de transportes gerava uma cidade extremamente densa e compacta. Antes da industrialização a cidade era espaço do poder e da vida política.

No século XX predominou a tendência à extensão territorial muito mais intensa do que a observada nos séculos anteriores ao longo do processo de urbanização, ficando difícil distinguir, no plano das formas espaciais, a cidade do campo. Neste âmbito, Sposito (2006) aborda a questão cidade-campo a partir das discontinuidades. As cidades-campo são identificadas por uma superposição de formas espaciais, denotando a indefinição dos limites entre o urbano e o rural. Assim, há uma constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que são compartilhados no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas. Os limites tornam-se imprecisos, o que, de certo modo, é resultante do regime de acumulação capitalista.

Existem três aspectos considerados em relação à separação entre a cidade e o campo: 1) transformação da terra rural em terra urbana (perímetro urbano - loteamentos): discontinuidades territoriais; 2) papel dos transportes automotivos e das novas tecnologias de comunicação (motor a combustão – automóvel): não era mais preciso contemplar a proximidade e a contiguidade territorial para comerciar e; 3) dimensão temporal: aprofunda-se pelo ritmo do processo de mudança, ou seja, pela sua dinâmica. Tais aspectos, acelerados pela maior mobilidade, alteram a tradicional separação entre os papéis urbanos e rurais e entre os conteúdos sociais e culturais dos espaços da cidade e do campo, ampliando a sensação de indefinição, superposição e amalgama entre eles (SPOSITO, 2006).

Enfim, com as discussões teóricas acerca dos conceitos de região, território, cidade e urbano, cidade-campo, discontinuidades e construção de territórios, é dada a ênfase a uma breve

⁵ A cidade é vista pela ótica da concentração e o campo é pelo aspecto de dispersão populacional.

⁶ Está atrelada à cidade e ao campo, na perspectiva de cidade com suas relações com o campo.

⁷ É nas cidades que os conflitos imanentes à diferença social emergem com mais força.

contextualização histórica da Região Noroeste do Estado gaúcho, evidenciando seus aspectos territoriais de desenvolvimento.

4. A REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA DINÂMICA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO

O Estado do Rio Grande do Sul, no construto de seu território, conforme Bernardes (1997), está estreitamente ligado à dependência entre o tipo de povoamento e a distribuição da vegetação, pois foi esse o fato dominante que esboçou as bases da expansão de luso-brasileiros e colonos europeus em terras gaúchas. Como as terras de matas se situam em sua quase totalidade na metade norte do Estado, na Encosta e no Planalto, muitos autores, ao se referirem ao contraste nítido entre a região colonial densamente ocupada e os campos de criação, referem-se apenas ao norte agrícola e ao sul pastoril, confrontando o Planalto (“zona serrana”) e a Campanha.

Segundo Bernardes (1997), fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território foram com certa distância cronológica armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômico-sociais.

Esta dualidade (“bioma pampa” versus “bioma mata atlântica”) que o Estado do Rio Grande do Sul apresentou é fruto de um processo de formação do território do Estado, através de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos. Em um primeiro momento, o centro econômico do Estado do Rio Grande do Sul era a Metade Sul (“bioma pampa”), pois detinha o domínio econômico. A partir da relevância/importância da indústria no Estado, há gradativamente a perda de representatividade da região sul. A partir disto, a pecuária (Metade Sul) perde força pela sua lógica de produção extensiva, pelo pouco investimento/tecnologia, baixa densidade demográfica, modernização da produção, entre outros, e a Metade Norte toma a dianteira pela forte verticalização de sua economia à lógica de acumulação capitalista global, voltada à produção de grãos (BERNARDES, 1997).

Assim, na Metade Sul há uma predominância de latifúndios não tipicamente capitalistas que perdem competitividade por não estarem imbricados no modelo de produção capitalista, caracterizados pela produção básica da pecuária e, na Metade Norte, encontram-se as propriedades tipicamente capitalistas, que estão verticalizados com a lógica de produção global, caracterizadas por uma produção básica de grãos (soja), que é o caso da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os fatores culturais são responsáveis pela manutenção dessa dissociação rígida entre a atividade agrícola e a pastoril. Isso representa a dualidade econômica e social do Estado gaúcho. De acordo com North (1959), o procedimento típico dos colonizadores das regiões era a experimentação de várias culturas diferentes, até que se determinasse a economicamente viável. O sucesso de uma atividade na produção de artigos de exportação pode ser compreendido pelos princípios da teoria da localização e da dotação de fatores produtivos combinados.

Portanto, dentro de uma perspectiva de dualidade econômica e social no Estado, a Região Noroeste, localizada na Metade Norte, tem como principal atividade a produção de grãos, especificamente de soja, voltada ao mercado global.

No processo de desenvolvimento do regime de produção capitalista, as regiões procuram estabelecer sua base econômica no contexto do relacionamento com o mercado externo. Esta base exportadora contribui decisivamente para o aumento da renda regional, possibilitando o acesso amplo aos bens de consumo, mas o seu efeito mais importante reside na possibilidade do desenvolvimento de atividades econômicas correlatas (PAIVA E TRENNEPOHL, 2011).

Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a principal fonte de renda está atrelada ao setor agropecuário, mais especificamente em relação à renda gerada pela produção de soja. Além disto, os setores industriais e de serviços são altamente dependentes e resultantes desta dinâmica do setor agropecuário. Para North (1959), à medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo dos artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram sendo orientadas para a base de exportação.

Muitos esforços são despendidos com o objetivo de melhorar a capacidade de competição e manter ou ampliar suas vantagens comparativas através do progresso tecnológico e do aperfeiçoamento dos serviços de apoio. Tais esforços tendem a reforçar, inicialmente, a dependência da região em relação aos seus produtos tradicionais de exportação, ao invés de promover a diversificação na base exportadora. As características e o desempenho das exportações produzem efeitos determinantes nas dinâmicas de urbanização e de formação de centros nodais nas regiões. Beneficiando-se de vantagens locacionais, que contribuem na redução dos custos de transferência dos artigos exportados ou importados, desenvolvem-se centros econômicos com atividades comerciais, agências bancárias, indústrias subsidiárias e empresas prestadoras de serviços especializados. Até mesmo as atitudes políticas da região tendem a ser orientadas no sentido de priorizar ações com a finalidade de melhorar a capacidade competitiva e a rentabilidade dos produtos de exportação (PAIVA E TRENNEPOHL, 2011).

Uma produção bem-sucedida de bens agrícolas destinados à venda fora da região pode ser e, sob certas condições tem sido, o principal fator de indução ao crescimento econômico, do desenvolvimento de economias externas, da urbanização e, eventualmente, do desenvolvimento industrial (NORTH, 1959).

Corroborando com a tese de North (1959), Paiva e Trennepohl (2011) argumentam que em um primeiro momento, quanto à dinâmica das regiões que estão atreladas a um produto de tipo exportação (monocultura da soja), no caso da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, são amplamente estimuladas as indústrias processadoras de matérias-primas oriundas da agropecuária; em segundo lugar, são gerados estímulos para o desenvolvimento de indústrias fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos para a atividade exportadora; um terceiro tipo compreende as indústrias locais ou domésticas e o quarto tipo de indústrias caracterizadas pelo segmento de indústrias sem raízes.

Deve-se ponderar que não existe razão para determinar que todas as regiões devam se industrializar para iniciar seu desenvolvimento e, principalmente, que é muito provável que uma diversidade de indústrias e de serviços se desenvolverá como consequência da expansão econômica

dos produtos agropecuários voltados para a exportação. Nesta perspectiva, se o desenvolvimento de cada região está relacionado com o sucesso de sua base de exportação, é necessário examinar mais detalhadamente as características e a dinâmica desta base econômica. O declínio de um produto de exportação causará grandes dificuldades para a região se não houver um deslocamento para outras atividades ou produtos cujo crescimento possa compensar a queda do primeiro. Entretanto, North alerta que a expansão de um setor de exportação é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento regional (NORTH, 1959).

North (1959) reafirma que os problemas relevantes do desenvolvimento econômico regional giram em torno da capacidade de uma região de se integrar nos grandes mercados mundiais, através das exportações e da resultante estrutura da economia regional, que influenciará sua capacidade para alcançar o crescimento sustentado e um padrão diversificado de atividade econômica.

Enfim, a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tem sua base econômica alicerçada na produção agrícola, particularmente de soja. No entanto, esta produção, apesar de concentrar-se no setor agropecuário, exerce influência decisiva sobre os setores industriais e de serviços e na sua dinâmica regional. O cultivo desta monocultura propicia que se instalem empresas subsidiárias a ela, que dão suporte para o desenvolvimento desta produção, com transbordamentos na cidade e no campo, no construto de sua territorialidade.

5. NOTAS FINAIS

No processo de desenvolvimento atual tem-se no lado da ação econômica uma competição globalizada, cujos principais viabilizadores são o processo de financeirização da riqueza e o progresso tecnológico, com o processo de desenvolvimento regional sendo dominado pela concorrência global; no lado da reação social (formação do território como resistência ao grupo hegemônico), tem-se uma coordenação entre os atores, que se torna uma condição indispensável para gerar a possibilidade de um desenvolvimento regional endógeno.

Deste modo, a construção de movimentos regionais fortes, capazes de resistir à dinâmica econômico-corporativa de financeirização da riqueza e a conquista de uma autonomia na produção e reprodução socioeconômica, cultural e ambiental, são os grandes desafios do desenvolvimento regional. Na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a cultura da soja contribuiu para o desenvolvimento regional através dos estímulos que proporcionou para a modernização tecnológica da agropecuária regional na década de 1970 e os impulsos decorrentes para a expansão das atividades industriais e de serviços. É preciso registrar que a continuidade da produção de soja é de fundamental importância para a economia da Região Noroeste e do Estado gaúcho (PAIVA E TRENNEPOHL, 2011).

No entanto, a dinâmica regional não pode estar subordinada a uma base produtiva monocultural, no caso, a produção de soja. Nada garante que no futuro a produção de soja continuará produzindo impactos relevantes na economia da Região. Assim, cabe investigar sobre o potencial que a atividade representa para impulsionar o surgimento de novas atividades econômicas

e ampliar possibilidades de acelerar a dinâmica de sua vida econômica, considerando seus aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais que formam o seu território.

Porém, não há nenhuma receita que garanta êxito para que ocorra o processo de desenvolvimento. Longe disso, o processo de desenvolvimento coloca em conflito o espaço de fluxo e o espaço de lugares: o primeiro, como um espaço abstrato; o segundo, como um espaço concreto. Pela lógica desarticuladora, o espaço de fluxos contribui para a ampliação das desigualdades territoriais. Os segmentos hegemônicos conectados concentram cada vez mais poder e riqueza, pois neles se localizam as funções de comando, gestão, controle, produção de conhecimentos e inovação. Como contraponto, os âmbitos que se encontram desconectados das redes globais ficam a margem e são excluídos do sistema (SANTOS, 2006).

Nos tempos atuais, percebe-se uma evolução do conceito de desenvolvimento, em duas vertentes. Na primeira, encontra-se o desenvolvimento como crescimento econômico (mainstream economics), pela lógica liberal, da competitividade, que está, nos estudos regionais, em segundo plano, ou mesmo em nenhum plano, pois, pelo caráter concentrador, acentua as desigualdades regionais em favor da reprodução do capital. Neste arcabouço, a perspectiva regional descuida dos elementos básicos sobre os quais existe uma considerável evidência.

Mais do que uma dinâmica global determinada pela emergência de processos regionais e locais que operam de baixo para cima, a realidade mostra processos de transformação global que obrigam a reconfigurar as formas organizativas e as dinâmicas locais. As regras, dinâmicas, atores e instituições globais e nacionais penetram permanentemente nas realidades locais e regionais e tendem a criar múltiplas desigualdades, que explicam a persistência e o aprofundamento das assimetrias regionais.

Na segunda vertente, o desenvolvimento é tratado como promoção de equidade, qualidade de vida, buscando a valorização das potencialidades. Ela tem ênfase na diversidade como potencialidade para o desenvolvimento do território, com a região identificada como um ponto de resistência a lógica de acumulação capitalista, que é verticalizada globalmente. Etges (2013) argumenta que as disparidades regionais existem e continuarão existindo, à medida que são resultantes de processos históricos, econômicos, culturais, sociais e ambientais particulares. No entanto, é necessário compreender como estas particularidades se estabeleceram.

Para promover o desenvolvimento regional, é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disto, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação, permitindo uma nova forma de gestão do território. Este é o desafio que a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul terá para que consiga identificar novas perspectivas regionais, calcadas em seus atributos históricos e culturais, econômicos e sociais, identificando suas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENKO, Georges. A Ciência Regional. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BRANDÃO, Carlos A. L. As cidades da cidade. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. RBDR, Blumenau, p. 85-94, abril 2013.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 24, p. 109-123, 2008.

NORTH, D. C. Agriculture in regional economic growth. Journal of Farm Economics, v.4, n.5, p.333, Dec. 1959.

PAIVA, C. A.; TRENNEPOHL, D. A importância da sojicultura para o desenvolvimento da região noroeste do RS. FEE, Porto Alegre, v. 31, jun. 2011.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, 2009.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: porque nossas cidades são tão precárias? In: Novos Estudos Cebrap, 2011.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

VILLAÇA, Flavio. Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje. Campo Grande, Junho, 2000. P. 1-16.